

Lutar pela Qualidade de Vida: um combate político diário

Por uma regulação democrática do território, da habitação, da mobilidade e da adaptação climática

Camaradas,

A política começa onde a vida das pessoas acontece: na casa onde se vive, na rua onde se encontram os vizinhos, nos transportes que asseguram as deslocações, no bairro que acolhe ou exclui, na escola que desenvolve e alimenta, na sombra que protege ou esconde, na creche que se consegue ou não pagar, no jardim verde ou descuidado, no centro de saúde que tem consultas ou uma mera impossibilidade traduzida em lista de espera infindável e no espaço público que integra ou segrega.

Por isso, a luta pela qualidade de vida é hoje uma das mais importantes frentes de combate político do socialismo democrático. Não é um tema lateral. Não é uma agenda técnica reservada a especialistas. Não é uma preocupação de nicho. É a forma concreta como o Estado Social se territorializa e responde, à vida quotidiana das pessoas.

A Secção de Ambiente e Território tem afirmado esta convicção: o ambiente e o território são instrumentos de justiça social. São traduzíveis em políticas públicas em estado puro. São a diferença entre uma cidade que expulsa e uma cidade que integra; entre uma periferia condenada à dependência automóvel e uma área metropolitana servida por transportes públicos dignos; entre bairros vulneráveis às ondas de calor e territórios preparados para a adaptação climática; entre urbanismo especulativo e planeamento ao serviço da comunidade.

As Presidências da Coisa Pública, inspiram-nos diariamente, e devemos lembrá-las.

- Mário Soares compreendeu que a democracia não se esgotava no voto. A democracia tinha de melhorar a vida coletiva, defender direitos, abrir Portugal à Europa, proteger a liberdade e garantir progresso social, económico e ecológico. A Presidência Aberta dedicada ao Ambiente e à Qualidade de Vida, em 1994, procurou sensibilizar para a urgência de travar a degradação do planeta e salvaguardar a qualidade de vida das populações. Essa continua a ser uma referência essencial para a ação socialista.

- Jorge Sampaio recordou-nos que “há mais vida para além do orçamento”. Esta frase deve orientar a ação socialista no território. As contas públicas são indispensáveis, mas não substituem uma visão. O orçamento é um instrumento; o objetivo é uma sociedade mais justa, mais coesa, mais saudável e mais preparada para o futuro.
- António José Seguro sintetizou também uma exigência moral da democracia: “a política ou serve para melhorar a vida das pessoas, ou então não serve para rigorosamente nada”.

É com esta inspiração que esta moção assume transformar a qualidade de vida deve ser uma bandeira política permanente da FAUL, do Partido Socialista e dos seus militantes.

A qualidade de vida como nova fronteira da igualdade

A Área Urbana de Lisboa concentra oportunidades, emprego, serviços, universidades, inovação e cultura. Mas concentra também desigualdades profundas. Há quem viva perto de tudo e há quem viva longe de quase tudo. Há quem tenha transportes frequentes e há quem espere demasiado tempo por uma ligação essencial à sua vida. Há quem consiga escolher onde morar e há quem seja empurrado para mais longe pelo preço da habitação. Há quem tenha sombra, jardins, equipamentos e ar limpo; e há quem viva entre vias rápidas, ruído, solos impermeabilizados e ausência de espaço público qualificado.

A desigualdade territorial é uma forma de desigualdade social. O código postal ainda condiciona o acesso ao tempo, à saúde, à educação, ao emprego, à cultura e à participação cívica. Por isso, a luta socialista pela igualdade tem hoje de ser também uma luta pelo ordenamento do território, pela mobilidade e transportes, pela habitação acessível, pela adaptação climática e pela saúde.

As mulheres são tendencialmente mais afetadas também pelas mudanças climáticas e são as que mais sofrem de pobreza energética, o que reforça a importância de políticas que considerem estas vulnerabilidades, como a Estratégia Nacional de Pobreza Energética e promovam a participação ativa das mulheres também nestas matérias.

A qualidade de vida não é um luxo urbano. É uma condição de cidadania.

Cidade-mercadoria ou cidade-direito

David Harvey ajuda-nos a compreender que a urbanização não é apenas um processo físico de construção de ruas, edifícios e infraestruturas. É também uma forma de organização do capitalismo, da propriedade, do investimento, do trabalho, da desigualdade e do poder. Na sua reflexão sobre a “acumulação flexível pela urbanização”, Harvey mostra como, a partir dos anos 70, a urbanização se tornou uma peça central dos novos regimes de acumulação, num contexto marcado pela flexibilidade dos mercados, pela mobilidade do capital, pela competição entre cidades e pela transformação do governo urbano em gestão empreendedora.

Também entre nós, o território tem sido atravessado por pressões de valorização imobiliária, competição metropolitana, financeirização da habitação, turistificação, especialização funcional dos centros urbanos, expulsão de residentes, dependência automóvel nas periferias e fragmentação das respostas públicas.

O problema não é o investimento. O problema é quando o investimento deixa de servir uma estratégia pública e passa a subordinar a cidade à lógica da renda, do ativo financeiro e da valorização de curto prazo. O problema não é a iniciativa privada. O problema é quando o interesse público abdica de regular, planear e orientar o desenvolvimento urbano. O problema não é a modernização da cidade. O problema é quando a modernização melhora a imagem urbana, mas degrada a vida concreta de quem trabalha ou estuda.

É por isso que o PS deve afirmar uma escolha clara: não queremos uma cidade-mercadoria, disponível para quem pode pagar; queremos uma cidade-direito, organizada para quem nela vive, trabalha, estuda, envelhece, educa os filhos, usa transportes públicos, depende dos serviços públicos e precisa de habitação digna.

Regular o território para proteger a democracia

A teoria da regulação oferece-nos uma ferramenta política e conceptual. Esta escola de pensamento, associada a autores como Michel Aglietta e Robert Boyer, procura compreender os diferentes regimes de acumulação e os respetivos modos de regulação, isto é, os arranjos institucionais, sociais, económicos e políticos que permitem estabilizar, ou desestabilizar, um determinado modelo de desenvolvimento.

Aplicada ao território, esta perspetiva permite-nos dizer com clareza: a crise da qualidade de vida na Área Urbana de Lisboa é também uma crise de regulação. O mercado da habitação não se regula sozinho. A mobilidade metropolitana não se organiza sozinha. O ordenamento do território não nasce espontaneamente da soma de projetos privados. A adaptação climática não resulta apenas de boas intenções. A saúde ambiental não se garante sem instituições, planeamento, investimento, fiscalização e participação cidadã. Este é um exigente trabalho que começa nas autarquias, no poder local, nos eleitos, na participação e cidadania ativa.

A teoria da regulação recorda-nos ainda que os mercados são construções sociais, dependentes de regras, instituições e equilíbrios negociados entre atores sociais. Por isso, quando o mercado da habitação falha, quando o transporte público não responde, quando o urbanismo é capturado por interesses fragmentados, quando o espaço público é degradado, não estamos perante fatalidades: estamos perante escolhas políticas e institucionais.

A resposta socialista deve ser precisamente a reconstrução da capacidade pública de regular o território, orientar o investimento, proteger os mais vulneráveis, garantir direitos e produzir qualidade de vida.

Urbanismo: planear para servir pessoas, não apenas para licenciar construção

O urbanismo deve voltar a ser entendido como política pública estratégica. Planear não é apenas desenhar mapas ou aprovar operações urbanísticas. Planear é decidir como se distribuem oportunidades, equipamentos, habitação, mobilidade, zonas verdes, comércio local, serviços públicos e espaços de encontro.

Na Área Urbana de Lisboa, o PS deve defender um urbanismo de proximidade, orientado para bairros completos, com funções misturadas, serviços acessíveis e menor dependência do automóvel. Isto implica rever práticas de crescimento urbano fragmentado, combater a impermeabilização excessiva dos solos, valorizar a reabilitação urbana, proteger património, criar corredores e espaços verdes e garantir que cada nova operação urbanística contribui para a coesão social e ambiental do território.

A política socialista deve recusar a cidade como ativo financeiro desligado da comunidade. A cidade não é apenas mercado. É lugar de vida, de trabalho, de memória e de democracia.

Transportes públicos: tempo de vida também é justiça social

A mobilidade é uma das maiores questões de qualidade de vida na região de Lisboa. O tempo perdido em deslocações é tempo retirado à família, ao descanso, à participação cívica, à cultura e à saúde. Uma política socialista de transportes públicos deve partir desta simples constatação: a mobilidade não pode depender do rendimento, da morada ou da posse de automóvel.

Defendemos transportes públicos frequentes, fiáveis, acessíveis, integrados e confortáveis. Defendemos a expansão e melhoria da ferrovia, do metropolitano, dos corredores BUS, das interfaces, da mobilidade suave ou ativa, dos parques dissuasores e das ligações entre concelhos periféricos. A mobilidade metropolitana não pode ser pensada apenas a partir do centro de Lisboa; tem de servir quem vive, trabalha e estuda em toda a área metropolitana.

O passe social foi uma conquista política relevante, mas o preço é apenas uma parte da resposta. A frequência, a segurança, a pontualidade e a cobertura territorial são igualmente decisivas. O nosso combate político deve continuar a ser este: menos isolamento, menos dependência automóvel, menos emissões, mais tempo de vida e mais igualdade no acesso à cidade.

Habitação: sem casa não há liberdade material

A habitação especulativa é hoje uma das maiores ameaças à coesão social da Área Urbana de Lisboa. Quando uma família não consegue viver perto do seu trabalho, quando os jovens não conseguem sair de casa dos pais, quando os professores, enfermeiros, polícias, trabalhadores por turnos, técnicos e funcionários públicos não conseguem residir nos concelhos onde são necessários, a democracia perde capacidade de cumprir a sua promessa de dignidade.

O PS deve assumir uma política de habitação que combine investimento público, regulação, planeamento, reabilitação, arrendamento acessível, cooperativas, cidades de bairros, respostas para estudantes e jovens trabalhadores, combate à especulação de imóveis e à permissividade dos

espaços vazios negligentes da saúde e segurança pública e articulação efetiva entre Estado, autarquias e setor social.

A habitação não pode ser tratada apenas como produto. É infraestrutura social. É condição de estabilidade familiar. É política de natalidade, de juventude, de saúde, de mobilidade, de educação e de desenvolvimento económico.

Adaptação às alterações climáticas: proteger antes de remediar

A crise climática já não é uma previsão abstrata. É uma realidade sentida nas ondas de calor, nas cheias, nos incêndios, na erosão costeira, na escassez hídrica, na perda de biodiversidade e na vulnerabilidade dos territórios mais densos e socialmente frágeis.

A adaptação climática tem de ser uma prioridade federativa. Devemos defender planos municipais e intermunicipais com execução concreta: mais árvores e sombra nos bairros, corredores ecológicos, renaturalização de linhas de água, solos permeáveis, bacias de retenção, proteção costeira, eficiência hídrica, combate às ilhas de calor, refúgios climáticos em escolas, creches, centros de saúde e espaço público, e proteção especial dos idosos, crianças e pessoas em situação de vulnerabilidade.

A transição climática tem de ser justa. Não pode penalizar quem tem menos recursos. Não pode impor custos sem alternativas. Não pode ser apenas discurso. Tem de chegar à fatura energética, à casa reabilitada, ao transporte público, ao espaço verde de proximidade, à escola confortável e ao bairro mais seguro.

Saúde ambiental: respirar, dormir e viver melhor

A saúde ambiental é uma dimensão central da qualidade de vida. A poluição atmosférica, o ruído, a falta de espaços verdes, a exposição ao calor, a má qualidade da habitação, a ausência de sombra, os solos contaminados, a gestão deficiente de resíduos e a degradação do espaço público têm impactos reais na saúde física e mental das populações.

O PS deve defender uma abordagem “saúde em todas as políticas”, cruzando ambiente, urbanismo, mobilidade, habitação e ação social. Isto significa medir, prevenir e corrigir riscos ambientais;

proteger escolas e creches junto a eixos rodoviários; reduzir ruído; melhorar a qualidade do ar; criar zonas de baixas emissões; promover arborização urbana; reforçar a limpeza e manutenção do espaço público; e integrar dados ambientais na decisão política local.

Uma cidade saudável é uma cidade mais igual. Um território saudável é um território mais livre.

A FAUL deve afirmar-se como espaço de pensamento, proposta, mobilização e fiscalização política. A sua missão não se esgota em moções, reuniões ou programas eleitorais. A sua missão vive no contacto com os territórios, no diálogo com autarcas, técnicos, associações, moradores, movimentos cívicos, sindicatos, universidades, empresas e militantes.

O populismo cresce onde a democracia não responde. A extrema-direita alimenta-se do abandono, da frustração, do medo e da sensação de que ninguém escuta. O melhor antídoto é responder com presença, competência, proximidade e resultados.

A qualidade de vida é, por isso, uma ambição concreta e democrática.

A qualidade de vida é o nome contemporâneo de muitas lutas socialistas: igualdade, liberdade, justiça social, saúde pública, coesão territorial, democracia local e sustentabilidade.

A Secção de Ambiente e Território da FAUL deve continuar a afirmar esta causa com ambição, rigor e sentido de serviço público. Porque defender o ambiente é defender pessoas. Porque ordenar o território é distribuir oportunidades. Porque garantir transportes públicos é devolver tempo de vida. Porque assegurar habitação é proteger dignidade. Porque adaptar as cidades ao clima é cuidar dos mais vulneráveis. Porque promover saúde ambiental é fazer justiça social.

Há mais vida para além do orçamento. Há mais política para além da espuma dos dias. Há mais socialismo quando a vida concreta das pessoas melhora.

Essa é a nossa causa. Esse é o nosso combate. Essa é a nossa responsabilidade.

Camaradas, temos de passar esta ambição para a ação política. Assim, esta moção propõe:

1. À Presidente da FAUL

A promoção de uma **Agenda Federativa para a Qualidade de Vida**, envolvendo as secções, concelhias, autarcas, militantes e simpatizantes com intervenção cívica e técnica nas áreas do ambiente e território e restantes áreas temáticas da federação.

Esta agenda deve incluir roteiros por **um novo contrato de Urbanismo/Habitação/Acessibilidade metropolitano e concelhio**, promovendo audições públicas, levantamento de problemas prioritários e propostas concretas. A FAUL deve assumir-se como laboratório político metropolitano, capaz de transformar conhecimento territorial em orientação estratégica para o Partido Socialista.

Esta agenda deve partir de **5 ambições programáticas**:

1. **uma gestão eficiente dos recursos**, em particular da água, da energia e dos resíduos;
2. **territórios acessíveis** e servidos por mobilidade sustentável;
3. **cidades e freguesias acolhedoras, equilibradas e saudáveis**;
4. **um novo contrato social** para a energia, o clima e a biodiversidade; e
5. **o aumento dos rendimentos** através da transição justa, do emprego verde e do emprego azul.

A FAUL deve, por isso, **mobilizar as concelhias, secções, autarcas, militantes e simpatizantes** para um trabalho permanente de diagnóstico, proposta e ação. Este trabalho deve valorizar o que foi construído pelo Partido Socialista — nomeadamente a redução tarifária nos transportes públicos, a Carris Metropolitana, o investimento na Transtejo/Soflusa, na ferrovia, no metropolitano, na rede de elétricos, na mobilidade suave, a habitação pública acessível, a eficiência energética e as comunidades de energia — mas deve também preparar uma nova geração de políticas públicas para responder ao aumento do custo de vida, à crise climática, à pobreza energética, à pressão habitacional e às desigualdades territoriais.

Recomenda-se ainda que a FAUL promova uma **articulação política permanente com as Federações de Setúbal e do Oeste**, reconhecendo que a ação política não tem fronteiras administrativas. A Área Urbana de Lisboa deve afirmar-se como espaço de cooperação metropolitana, solidariedade territorial e planeamento estratégico.

2. Aos Militantes e Autarcas do Partido Socialista

Recomenda-se colocar a **qualidade de vida no centro da sua ação política nacional, federativa e autárquica**, tratando ambiente, território, habitação, mobilidade, saúde, educação e cultura como pilares do Estado Social.

Esta agenda deve assumir uma orientação política clara: **regular democraticamente o território** para que a cidade não seja apenas suporte da acumulação económica, mas antes espaço de direitos, igualdade, liberdade material e vida digna.

Recomenda-se que façam da qualidade de vida uma causa diária de intervenção política. Cada militante deve ser também um observador atento do seu bairro, da sua freguesia, da sua escola, da sua estação, do seu centro de saúde, do seu jardim, da sua rua e do seu território.

Devemos ouvir mais, propor e agir com maior proximidade. Devemos levar às assembleias de freguesia, assembleias municipais, concelhias, secções e órgãos federativos os problemas concretos das pessoas: a carreira que se atrasa, a passadeira perigosa, a árvore abatida, as rendas e casas incomportáveis, o passeio inacessível, o bairro sem sombra, a escola sem conforto térmico, o ruído permanente, a obra mal planeada, o espaço público abandonado.

É aí que a política ganha sentido. É aí que o PS se reencontra com a sua melhor tradição: estar ao lado das pessoas, melhorar a vida coletiva e construir futuro com justiça.

3. À sociedade civil, às associações e à população que se preocupa com o futuro da nossa comunidade

Recomenda-se à sociedade civil, às associações, aos movimentos locais, às organizações ambientais, às comunidades educativas, às associações de moradores, às empresas responsáveis, às instituições sociais e **à população em geral que participem ativamente na construção de uma nova cultura democrática de qualidade de vida**, sustentabilidade e responsabilidade territorial.

O futuro da nossa comunidade não será construído apenas por governos, câmaras municipais ou partidos políticos. Exige participação cívica, conhecimento local, mobilização coletiva e compromisso quotidiano. A defesa do ambiente é uma causa comum. A mobilidade sustentável, a habitação digna, a eficiência energética, a gestão da água, a redução e valorização de resíduos, a proteção da biodiversidade, a saúde ambiental e a adaptação às alterações climáticas dependem de políticas públicas fortes, mas também de comunidades informadas, exigentes e mobilizadas. Neste sentido, propõe-se a criação da entidade institucional inspirada no modelo francês da "Agence d'Urbanisme" para elaborar os Esquemas de Coerência Territorial e os Planos de Deslocação Urbana.

Apelamos, por isso, à sociedade civil para que participe nos processos de planeamento, acompanhe os instrumentos de gestão territorial, contribua para soluções de proximidade, defenda o transporte público, valorize o espaço público, proteja as árvores e os ecossistemas, promova comunidades energéticas, incentive a economia circular, apoie projetos de emprego verde e azul e ajude a construir territórios mais acessíveis, acolhedores, equilibrados e saudáveis.

A qualidade de vida é uma responsabilidade partilhada. É uma causa socialista, mas é também uma causa democrática, comunitária e intergeracional. O futuro da Área Urbana de Lisboa, e dos

territórios que com ela se articulam, depende da capacidade de cooperarmos para construir uma casa comum onde o progresso económico não comprometa os ecossistemas, onde a transição climática não deixe ninguém para trás e onde cada pessoa possa viver com dignidade, mobilidade, saúde, segurança e esperança.

Camaradas,

Vamos lutar pela Qualidade de vida.

**Vamos avançar por uma regulação democrática do território,
da habitação, da mobilidade e da adaptação climática**

VIVA O PS. VIVA PORTUGAL.

6 de julho de 2026

Proponente: Maycon Alexandro dos Santos – militante n.º 145519 – Secretário Coordenador da Secção de Ambiente e Território.

Nome e n.º de militante dos subscritores:

1. Sara Barros Amâncio – 16203 – Águas Livres
2. Jorge Cristino – 51550 – Ambiente e Território
3. Flávia Pimenta – 186965 - Vila Franca de Xira
4. Jorge Manuel Rodrigues – 180580 - Pontinha-Famões
5. Olga Cid – 95978 – Ambiente e Território
6. Alberto Ledo – 168968 - Olivais
7. Sara Saúde e Vida Silva - 159692 - Arruda dos Vinhos
8. Coralia Rodrigues – 52048 - Pontinha-Famões
9. Francisco Ribeiro – 165040 – Benfica, Carnide e São Domingos de Benfica

10. Carla Maria Lopes Pantaleão do Norte – 181730 - Arruda dos Vinhos.

11. Miguel Partidário – 160301 - Oeiras/Caxias

12. Jaime Joaquim – 204917 – Parque das Nações

13. Alexandre Seixas – 89853 - Mafra

14. João Gonçalo – 160666 – Lisboa Ocidental

15. José Manuel Antunes Graça – 19721 - Mafra

16. Paulo Diogo Ferreira – 178248 – Sintra

17. Helena Rino Moraes – 151031 - Lisboa Oriental

18. Jorge Manuel Barbosa Reis Mendes – 197330 - Sintra

19. Filipa Palminha – 65752 - Encosta do Sol

20. Ana Cristina Pereira - 37359 - Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa

21. Maria Helena Cardoso – 109338 - Agualva Cacém

22. Sandra Chamusco – 147010 - Alcabideche

23. Ana Janeiro – 169328 - Arruda dos Vinhos

24. Fernanda Costa – 112679 - Campo de Ourique

25. Ana B Dordio - 85109 - Alvalade

26. Maisa Sofia Do Espírito Santo Noronha - 163056 - Águas Livres

27. Alexandra Tavares De Moura - 37506 - Linda-a-Velha, Oeiras

28. Maria Elisa Madureira – 6857 - Lisboa Oriental

29. José Leitão – 43 – Benfica, Carnide e São Domingos de Benfica

30. Miguel Costa Matos – 147699

31. Frederico Francisco - 166671

32. Filipe Beja – 149707

33. André Moz Caldas - 78414

34. Pedro Vaz - 40091

35. André Biveti - 162540

36. Maria Madalena Presumido - 58962

37. Filipa de Jesus Gouveia - 155984

- 38. Luís Calaim – 151764
- 39. Maria Teresa Pires – 3086
- 40. Cátia Rosas – 114082
- 41. Rafaela Mendonça Heitor - 177344
- 42. Mário Salgueiro Grácio militante – 186470
- 43. Eugénio Manuel Gonçalves Marques – 31415
- 44. Hugo Almeida
- 45. Fátima Conduta Silva – 156374
- 46. Carla Pires - 95323
- 47. Maria Teresa Almeida - 42491
- 48. Vítor Fonseca - 151385
- 49. Alexandra Domingos – 149597
- 50. Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro - 149975
- 51. Maria Isabel Leitão - 113 767
- 52. Ana Sara Brito - 3343 - Águas Livres